

Do território vazio à cidade moderna: a construção da paisagem cultural e urbana em Maringá - Paraná, Brasil

Ana Carolina Pussi de Brito
André Augusto de Almeida Alves

Introdução

Como parte das cidades planejadas por uma empresa privada – a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sucessora a partir de 1944 da Companhia de Terras Norte do Paraná – e influenciada conceitualmente pela expansão capitalista da produção e exportação cafeeira, a cidade de Maringá (1947) teve rápido desenvolvimento e crescimento acelerado. Interessante sobre o processo de ocupação e urbanização da região do norte do Estado do Paraná é o fato desta região estar recorrentemente ligada ao quadro otimista de modernização, industrialização e urbanização experimentado pelo país no segundo pós-guerra, em especial como ele era percebido a partir da metrópole paulistana, numa concepção que encontra rebatimento na consideração da produção de profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia, oriundos do Estado e da cidade de São Paulo, que nesta região atuaram, estabelecendo uma forte ligação entre metrópole paulistana e o longínquo interior norte paranaense.

Ainda que superadas as teses dualistas do subdesenvolvimento em fins dos anos 1960, as noções de centro e periferia encontram lugar no debate contemporâneo, sendo exploradas por autores na elucidação das dinâmicas de intercâmbio cultural e de circulação de ideias na América Latina, e revelam-se promissoras para a investigação do processo de urbanização da área compreendida pelo empreendimento colonizador, bem como da construção de sua paisagem urbana, para a qual contribuiu os profissionais da cidade. É este universo de reflexões, e mais especificamente aquele das especificidades na concepção, produção, apropriação e reelaboração de ideias e ideais de modernização e modernidade na construção da paisagem urbana de cidades novas que delinea a discussão desta pesquisa.

Este trabalho pretende discutir e traçar possibilidades de desenvolvimento da produção da paisagem urbana da cidade de Maringá entre 1950 e 1970. Investiga o processo de modernização, e uma (possível) modernidade na arquitetura e urbanismo da cidade, a partir da dinâmica de recepção, apropriação, reelaboração, superação e/ou abandono de práticas modernizadoras de circulação nacional e eventualmente internacional. A dialética modernização – modernidade, pensada como episódio latino-americano, envolve processos no campo econômico e social, e é na qualidade de instrumento e materialização de ideias e contradições que o campo da arquitetura e do urbanismo se tornam matéria para a história. Assim, o presente trabalho visa,

contribuir para a compreensão da produção urbanística e arquitetônica de que também resulta a paisagem maringense, o conteúdo e sentido de modernidade eventualmente nela presente. Tomando como objeto a prática e discurso projetual em arquitetura e urbanismo, investiga do ponto de vista das dinâmicas de circulação, apropriação e reelaboração de ideias e discursos a eles subjacentes, no processo de construção de um ideário/nação modernos, expressado tanto no processo de metropolização de centros como Rio de Janeiro e São Paulo, como no processo de desbravamento e ocupação do *hinterland* do país. Imprime-se à investigação acerca da modernização em determinada região no interior do país uma abordagem que vai além do produto arquitetônico e urbano, mas que evidencie a partir dele a relação entre arquitetura e sociedade, através do estudo de agentes envolvidos e sua interação nas referidas dinâmicas.

A construção do território do norte do Paraná

A existência de grandes extensões de terras propícias à expansão da cultura cafeeira tornou-se grande elemento de atração para o fluxo demográfico e colonizador no norte do Paraná, a partir do Estado de São Paulo. Cafeicultura e colonização seriam marcantes na transformação tanto na paisagem quanto na economia paranaense através do processo de extensão da fronteira agrícola paulista, e em poucas décadas, os cafezais tomariam o lugar ocupado anteriormente pelas matas nativas, marcando a paisagem da região, e constituindo o dinamismo dos negócios especulativos como estímulo para a construção dos assentamentos urbanos. Desta maneira, a conjuntura econômica se configuraria questão fundamental na definição de parâmetros da ocupação do território, e fator decisivo para a compreensão da sua urbanização.

Com efeito, esta região paranaense se vincularia muito mais ao Estado de São Paulo do que às demais regiões do Paraná, tanto em termos econômicos – sendo considerada uma região de economia paulista – quanto em termos culturais. A ocupação do "vazio" territorial que se encontrava distante e pouco se conectava com o sul do Estado do Paraná, configurar-se-ia pelo movimento intenso, de fluxos mais diversos, com a metrópole paulistana e o Estado de São Paulo.

A estruturação da rede de cidades da região teria na atividade agrícola exportadora cafeeira uma importante condicionante e o binômio café-ferrovia teria atuado como as linhas mestras de organização do território produtivo, ainda que as rodovias estivessem em ascensão como novo modelo de integração do território nacional. As vias de comunicação se destacariam no desenvolvimento da estruturação da rede urbana desta região, configurando-se como condicionantes fundamentais na dinâmica econômica implantada. Daí ser decisiva para a colonização do norte paranaense a infraestrutura existente no estado de São Paulo, frente à precariedade das

ligações com o sul do Estado, especialmente Curitiba e o litoral. O desenvolvimento da infraestrutura de transportes, além de fator fundamental para desvendar os fatores de integração entre o norte do Paraná e o Estado de São Paulo, revela-se igualmente e por isso mesmo elemento importante na construção da paisagem. Daí a porção norte do Estado constituir-se de modo fortemente ligado sócio e espacialmente ao Estado de São Paulo, e especialmente a sua economia, estando esta zona separada também fisicamente das outras regiões do Paraná. Mesmo com a expansão das rodovias na década de 1950, a malha viária visava conexão direta com o Estado de São Paulo, ao invés de promover ligação com o restante do Estado.

Vale evidenciar que, enquanto São Paulo consolidava seu processo de industrialização, ao Paraná caberia o papel de produzir gêneros alimentícios e matérias primas e o fornecimento de produtos de exportação cuja receita, destinar-se-iam aos investimentos estatais na industrialização (FRESCA, 2004). Desta maneira, se o Paraná estava sujeito à economia e infraestrutura paulista, todavia São Paulo se valia dos produtos agrícolas paranaenses e da receita de suas exportações que seria utilizada na acumulação de capital centrada na indústria nacional.

A região do norte do Paraná, que se situa a cidade de Maringá, teve seu planejamento promovido por uma empresa privada, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, sucessora a partir de 1944 da Companhia de Terras Norte do Paraná, empresa de capital inglês atuante neste estado a partir da década de 1920 que naquele ano é adquirida por capitalistas paulistas e seria responsável pela implantação de uma densa rede de cidades entre os anos de 1930 e 1960. Baseado na implantação da ferrovia e na venda de glebas rurais destinadas ao plantio de café, em conjunto com a criação e implantação de cidades o esquema geral de colonização da CTNP se fazia de forma estruturada.

Diversos são os autores dedicados sobre a questão dos "modelos urbanísticos", em especial os britânicos, enquanto referências para o urbanismo praticado na capital paulista e implantado no norte do Paraná. Destaca-se a suposta influência *howardiana* e sua formulação do conceito de cidade-jardim, assim como indagações que o plano de ocupação da CTNP apresentaria estreita afinidade com *town & country planning* inglês.

A repetição das malhas regulares e geometrizadas revelava a preferência pela ortogonalidade pelos loteadores. O desenho preferencialmente ortogonal e regular seria de fato muito mais funcional para o parcelamento urbano, especialmente em aspectos comerciais, nas cidades novas de colonização. A cidade de Maringá - o primeiro grande empreendimento urbano da Companhia Melhoramentos - apresentaria uma ruptura no processo de ocupação da região, marcando possivelmente uma nova estratégia pelo

comando da Companhia. Até o momento apenas o Escritório Técnico da Companhia realizava os projetos urbanos, mas para este novo empreendimento – assim como para a cidade de Cianorte (1953) – a Companhia contrataria um engenheiro-urbanista paulistano.

O desenho da paisagem

As relações de significados bastantes específicas estabelecidas entre centro e periferia que residem na base dos processos de expansão da fronteira agrícola, infraestruturação, colonização, constituição da rede de cidades reproduzem-se no que tange ao desenho de seus traçados, por profissionais de arquitetura, urbanismo e engenharia. O plano da cidade de Maringá foi solicitado pela empresa colonizadora ao engenheiro Jorge de Macedo Vieira, cujo trabalho é conferido grande afinidade com o ideário cidade jardim, devido ao início de sua carreira na Cia. *City (City of San Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited)*, onde teve a oportunidade de estagiar ao lado de Barry Parker (BONFATO, 2003; STEINKE, 2007). A Cia. *City* implantou em sua extensa área urbanizada da capital paulista, o conceito de loteamento residencial tipo bairro-jardim, contratando o escritório de Raymond Unwin e Barry Parker para a realização do que depois se tornou o Jardim América.

O traçado da cidade de Maringá é recorrentemente referenciado a um extenso número de referências formais de exemplares urbanos modernos europeus e estadunidenses. Destaca-se o fato do desenho da cidade ser diferente do traçado ortogonal das cidades anteriormente projetadas pela colonizadora ainda sob domínio inglês, presente também nas oito quadras do núcleo piloto implantado pela CTNP – denominado Maringá Velho. A malha urbana é caracterizada pelo seu traçado regular, radio-concêntrico no caso de algumas zonas residenciais, ortogonal no centro da cidade, ou mesmo de caráter mais monumental, na área denominada como centro cívico da cidade. Porém, o mais notável é sua divisão, desde o projeto inicial da cidade, por usos específicos, sinalizando peculiar caráter funcionalista. No anteprojeto de Vieira, a cidade ficou subdividida em três zonas residenciais (principal, popular e operária), zona industrial, zona comercial, dependências e armazéns da estrada de ferro e os núcleos comerciais. A área central (Zona 01) foi destinada ao uso comercial/residencial, com as mais diversificadas atividades e funções, além de abrigar o centro cívico.



Figura 1. Ante-Projeto da Cidade de Maringá, elaborado por Jorge de Macedo de Vieira em meados da década de 1940.

Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná

Neste contexto modernizador, o papel do plano urbanístico da cidade teve grande importância. De fato, Macedo Vieira, profissional formado em meio às discussões disciplinares da Politécnica e às práticas profissionais na metrópole paulistana nas primeiras décadas do século XX, incorporou nos projetos para o norte do Paraná as ideias que lá circulavam. Embora pautado em práticas modernas, as especificidades do plano ao mesmo tempo em que individualizaram o espaço urbano maringaense, possivelmente pelos conhecimentos do seu projetista, materializam igualmente uma faceta comercial advinda dos anseios comerciais dos grupos dirigentes que o promove enquanto empreendimento capitalista.

O cenário da arquitetura

Com colonização e ocupação territorial muito vinculada a São Paulo, a construção do espaço e da paisagem urbana de Maringá não seria distinta. De fato, a produção arquitetônica somada às ligações históricas do período de colonização estabeleceriam fortes relações de identificação com a arquitetura paulistana, reforçadas também pelo trabalho dos profissionais provenientes desse Estado durante os anos 1950, através, principalmente, de contatos entre agentes.

Maringá e todo o norte do Paraná apresentaram rápido crescimento econômico, o que lhes conferiu destaque e reconhecimento do dinamismo da região por todo o país. As imagens destas cidades e de todo o norte do Paraná seriam veiculadas, evidentemente pela Companhia colonizadora (CTNP/CMNP), como terras de prosperidade, cujo interesse econômico na venda de lotes levou à elaboração de ampla campanha publicitária.

Devido à ocupação do território e a derrubada da mata nativa que cobria a região, pela abundância do material, durante décadas predominaram na região, as construções em madeira. Conforme Luz (1997), Maringá possuía em 1953 cerca de onze serrarias, entre 1949 e 1952, das mais 1900 construções na cidade, 1650 eram de madeira. A substituição das construções de madeira por alvenaria tornar-se-ia inevitável. Já no fim dos anos 1940 apareciam as primeiras edificações em alvenaria de Maringá, também nas edificações de uso público e nos edifícios administrativos.

A extensa produção edificatória em madeira convive, portanto, com manifestações “modernas” das “grandes capitais”, de sentido nitidamente oposto no que se refere tanto às formas quanto aos materiais utilizados, como é visível nas coberturas em “asas de borboleta” em contraste com as recorrentes coberturas de duas águas, na opção pela alvenaria (e talvez não necessariamente à estrutura independente em concreto armado) em detrimento da madeira. A manifestação mais notável dessa arquitetura moderna em Maringá seria o conjunto de projetos elaborados pelo escritório de José Augusto Bellucci. O arquiteto paulista foi convidado por indicação de Cássio da Costa Vidigal, então presidente da CMNP, a atuar em Maringá em 1951 (VERRI JR., 2001). Sua atuação se evidenciaria por um conjunto de projetos de importância no contexto urbano e na construção da cidade. Nascido em São Paulo em 1907, José Augusto Bellucci formou-se em arquitetura pela Escola de Belas Artes de São Paulo em 1933, e desde então desenvolvia sua carreira profissional em escritório próprio na capital paulista.

Bellucci seria responsável por diversos projetos no município, tendo sido contratado pela Companhia colonizadora sediada em São Paulo, pelo poder público municipal, pela Igreja e mesmo a sociedade civil. Foi contratado para elaborar o projeto do Hotel Maringá (1951), Aeroporto da cidade (1953), do Maringá Clube (1956), da Catedral (1957), da Praça Napoleão Moreira da Silva (1957), da urbanização do Cemitério Municipal (1964) e do Paço Municipal (1967), assim como, mais tardiamente, da Praça Pedro II e do Teatro, ambos de 1976, que não foram executados (VERRI JR., 2001; REGO, 2012).



**Figura 2. Centro cívico de Maringá: a catedral e os primeiros edifícios,
1972.**

Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná

A atuação de um profissional com referências modernas oriundo da metrópole paulistana indica que supostamente a cidade de urbanização recente, implantada com projeto urbanístico original, como parte de um esforço tanto de empreendedores, num primeiro momento, quanto posteriormente da elite local no sentido de qualificar Maringá como uma cidade "moderna", que apresentava "ideal modernizador" e preconizava a construção de projetos de "arquitetura moderna". À atuação de Bellucci são recorrentemente acrescentados "eventos emblemáticos" como a presença de Rino Levi e Roberto Cerqueira César na cidade em 1956. A visita dos profissionais estava atrelada ao projeto de uma agência local do banco paulistano Sul Americano do Brasil, para quem o arquiteto já havia trabalhado e cujo diretor estava ligado à direção da companhia colonizadora (REGO, 2012). Este evento, na verdade, vai em sentido contrário à versão segundo a qual haveria então na cidade, inicialmente pela companhia colonizadora, dando continuidade ao seu discurso, posteriormente pelo poder público, por agentes da indústria da construção civil e "alta sociedade" a possível intenção de manter-se alinhado à modernidade dos grandes centros nacionais, principalmente às ideias vigentes na metrópole paulista. Exemplo disto seria o caso do

Country Club, cujo projeto é encomendado por grupo da alta sociedade maringaense a Ícaro de Castro Mello, conhecido pelo seu trabalho em edificações esportivas, em especial pelo projeto do Ginásio do Ibirapuera (1952), e o edifício Maringá (1962), projetado por Salvador Candia, arquiteto também radicado em São Paulo com atuação destacada na área de edifícios comerciais e habitacionais.

A influência “moderna” na arquitetura seria manifestada não somente na esfera especializada e nas obras públicas, mas alguns elementos do repertório modernista proliferaram na construção de residências. De fato, algumas características formais da arquitetura "modernista" proliferaram no desenho e na configuração de muitas casas maringaenses erguidas nesta época. Esta manifestação era, na maioria das vezes, mais pontual ou superficial, como no caso das fachadas, onde se "percebia a ‘colagem’ de aspectos construtivos modernistas, sem muita relação com seu interior" (DELMONICO, 2010, p.123).

Destaca-se também o papel Poder Público neste processo de urbanização da cidade. Claramente podem ser identificadas na legislação da cidade intenções dominantes acerca da modernização da arquitetura, prevendo não apenas novos aspectos formais, como também, novas tecnologias e materiais, e a participação de profissionais especializados. As intenções das leis para que se construíssem edifícios em “arquitetura moderna” teria servido de incentivo ou até mesmo pode ter influenciado a forma arquitetônica, a técnica construtiva e os materiais de construção das edificações. Podemos citar o caso da Catedral Metropolitana da cidade. Sua arrojada estrutura de grande porte em concreto aparente era realmente próxima a experiências contemporaneamente realizadas por arquitetos paulistas, como o era o autor do projeto, José Augusto Bellucci.

Por outro lado, outros exemplares da produção edificatória na cidade indicam o caráter muitas vezes contraditório embutido em tais iniciativas, sobretudo no que se refere à oposição entre discurso modernizador e a prática decisória, a distância entre as concepções iniciais e as soluções efetivamente adotadas. Expressiva desse debate seria a construção de duas obras públicas: o Grande Hotel em 1951, e o Paço Municipal em 1967, ambos do arquiteto paulista José Augusto Bellucci. Localizadas na Zona Central, área nobre da cidade, prevista por Macedo Vieira para o centro cívico, demonstrariam serem projetos arrojados para a época. O Grande Hotel de Maringá (1950-51) projetado dentro dos "princípios da arquitetura funcional" teve uma das versões reprovadas, supostamente devido ao custo, que apresentava uma composição cúbica marcada por um bloco envidraçado (VERRI JR., 2001). Dessa maneira, o edifício construído é tecnicamente mais simples construído baseado no uso de materiais locais e tradicionais. De grande importância no contexto urbano, o edifício do Paço Municipal

(1967) projetado por Bellucci revelava concepção estrutural e estética audaciosa. A proposta de verticalização seria condizente com a monumentalidade e importância ambicionada por um edifício projetado para ser a sede municipal. Mas, apesar disso, o projeto de Bellucci não foi construído, sendo substancialmente modificado sem comunicação aos autores do projeto devido aos altos custos e a tecnologia que a cidade não dispunha.



Figura 3. O Grande Hotel Maringá, 1957.

Fonte: Acervo do Museu da Bacia do Paraná

Considerações Finais

O processo de urbanização da cidade de Maringá construiu-se com base na formação de uma nova cidade em um novo território, diante dos interesses das elites locais e das demandas de grupos estrangeiros que vislumbravam a construção de uma imagem local muito específica, através do plano urbanístico que teve grande importância neste contexto modernizador.

Dessa maneira, sem desconsiderar os anseios políticos e comerciais dos grupos dirigentes que as promovem enquanto empreendimento capitalista implantaram-se neste território ideias modernas de ocupação territorial na intenção de construir uma paisagem bastante simbólica. No entanto, deve se considerar igualmente a vasta experiência paulista e as dinâmicas que se estabeleceram entre estas regiões. Contudo,

tal perspectiva, não desconsidera a forma cautelosa pela qual esta Companhia realizou seu empreendimento, mas que de fato evidenciaria uma preocupação muito mais de ordem econômica do que vinculada a qualquer influência espacial. A construção do território e a rede de cidades descenderam de um processo de racionalização econômica do empreendimento colonizador, importando em racionalização do território produtivo, e a estreita relação estabelecida entre frente pioneira e metrópole paulistana, desde o loteamento e implantação dos núcleos urbanos até a atuação de profissionais paulistas, encontraria ressonâncias também na expressão arquitetônica moderna.

De fato, as dinâmicas entre a metrópole paulistana e a região de ocupação recente enriqueceriam os processos de expansão territorial além da modificação da paisagem. O espaço, assim como a paisagem, alteraram-se acompanhando o desenvolvimento e atendendo as necessidades das estruturas econômicas e sociais. No que tange à arquitetura, destaca-se a atuação dos profissionais forâneos na cidade, especialmente os paulistas, como parte de um esforço de lideranças locais no sentido de qualificar Maringá como uma cidade "moderna", que apresentava "ideal modernizador" e que preconizava a construção de projetos de "arquitetura moderna", ainda que muitas vezes não se concretizavam.

Bibliografia

- BONFATO, Antonio Carlos. Jorge de Macedo Vieira: o orgânico e o geométrico na prática urbana (1920-1960). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, ANPUR, Salvador, v.5, n.2, p.75-93, nov. 2003.
- DELMONICO, Renato. **A Arquitetura modernista nas residências de Maringá: apropriações culturais (1950-1970)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.
- FRESCA, Tânia M. **A rede urbana do Norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.
- LUZ, France. **O fenômeno urbano numa zona pioneira**: Maringá. Maringá: A Prefeitura, 1997.
- REGO, Renato Leão. Importing planning ideas, mirroring progress: the hinterland and the metropolis in mid-twentieth-century Brazil. **Planning Perspectives**, p.625-634, 2012.
- STEINKE, Rosana. **Ruas curvas versus ruas retas: a trajetória do urbanista Jorge de Macedo Vieira**. Maringá: EDUEM, 2007.

VERRI JUNIOR, Aníbal. **A obra de José Augusto Bellucci em Maringá.** 2001.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo de São Paulo, São Paulo, 2001.